

RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.191 - RS (2013/0326027-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : SERGIO LUIZ GUIMARÃES FARIAS - DF008540
JOSÉ ANTÔNIO MARTINS LACERDA - MG080450
LEONARDO TOSTES DOS SANTOS - DF019481
RECORRIDO : ARNO DE SOUZA PIRES - ESPÓLIO
REPR. POR : LUIZ ANTONIO GAIESKI PIRES E OUTRO
ADVOGADO : JORGE OTÁVIO ALVORCEM TEIXEIRA E OUTRO(S) - RS033821

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS.

Não tendo havido alteração das situações fática e jurídica, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos" (e-STJ, fl. 125)

Em suas razões, a recorrente aponta violação dos arts. 20 e 535 do CPC/1973, além de dissídio jurisprudencial. Afirma que, *"a partir do momento em que a recorrente é intimada a apresentar contrarrazões de apelação, angulariza-se a relação processual, passando a incidir os princípios da sucumbência e da causalidade da fixação e arbitramento da verba sucumbencial"* (e-STJ, fl. 155).

Defende, assim, a possibilidade de fixação de honorários em favor da parte vencedora em ação cautelar julgada extinta, especialmente em observância ao princípio da causalidade, além de alegar a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, caso se entenda pela falta de prequestionamento da matéria.

À fl. 194 e-STJ, foi determinada a intimação das partes para que informassem se haviam aderido ao acordo firmado entre as instituições financeiras e as entidades de proteção ao consumidor, com o objetivo de por fim aos litígios envolvendo expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, tendo a Caixa Econômica Federal, ora recorrente,

afirmado sua adesão, à fl. 198, mas o recorrido deixou transcorrer o prazo *in albis*.

É o relatório. Decido.

Diante da ausência de manifestação do recorrido e cingindo-se a questão trazida no apelo extremo à fixação das verbas de sucumbência, passo à sua análise.

Pois bem. Extraí-se dos autos que a ação cautelar de exibição de documentos ajuizada pelo recorrido foi julgada extinta, porquanto, segundo se extrai da sentença, não haveria obrigação por parte da CEF em localizar extratos relativos à conta poupança do autor sem que este comprove a relação que mantinha com ela nos períodos postulados. Diante da ausência de citação da ré, não foi fixada a verba honorária. A sentença foi confirmada, em apelação, pelo Tribunal de origem.

A ora recorrente requereu perante o Juízo de origem a fixação de honorários advocatícios, que foi indeferido, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento. O Tribunal local negou provimento ao recurso, sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 127):

"A decisão agravada foi proferida nos seguintes termos:

(...) O presente feito foi extinto sem julgamento do mérito antes mesmo da citação da CEF, sucedendo-se a isso a interposição de recurso de apelação pela parte autora e a determinação de intimação da parte contrária para apresentar contrarrazões.

A sentença foi confirmada na instância superior e a Caixa Econômica Federal veio aos autos requerer a fixação de honorários sucumbenciais.

Considerando a empresa pública que o seu chamado aos autos para responder o recurso da autora ensejaria a fixação de honorários, deveria ter se utilizado dos meios cabíveis, à época devida.

Entendo que o momento adequado para o pleito encerrou-se na apresentação das contrarrazões, quando a Caixa Econômica Federal deixou precluir o prazo para os declaratórios.

Assim, indefiro o pedido por ausência de previsão legal.

(...)

Não tendo havido alteração das situações fática e jurídica, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo de instrumento."

Como se observa, a Corte local manteve a decisão que afastou a incidência

de honorários advocatícios por não ter ficado angularizada a relação processual e afirmou que caberia à recorrente ter manejado embargos de declaração na época da prolação da sentença extintiva, e não pleitear os honorários após o oferecimento das contrarrazões de apelação.

Muito embora a afirmação do *decisum* impugnado, de que a CEF deveria ter pleiteado os honorários em embargos de declaração, seja equivocada, na medida em que nem houve a sua citação para compor a lide, tal circunstância não modifica a compreensão de que não há, no caso, que se falar em honorários sucumbenciais. Isso porque o processo foi extinto sem que fosse aperfeiçoada a relação processual.

Vale dizer, a despeito do ajuizamento da ação pelo autor, não houve, por falta de citação, nenhuma repercussão para a CEF, já que, repita-se, nem sequer foi citada para compor a lide. *Mutatis mutandis*, inexistiu, *ipso facto*, a possibilidade de que fosse oposta qualquer resistência pela CEF, a justificar os honorários, situação que, em certa medida, atrai a orientação desta Corte, segundo a qual, "*são devidos honorários advocatícios em ações cautelares de exibição de documentos e produção antecipada de provas [...] [quando] configurada a resistência à pretensão autoral, o que, como visto, não ocorreu na hipótese*" (AgInt no AREsp n. 1.481.435/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 10/9/2019).

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília/DF, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator